

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

A ideia de solidariedade acompanha, desde os primórdios, a evolução da humanidade. Aristóteles, por exemplo, em clássica passagem, afirma que o homem não é um ser que possa viver isolado; é, ao contrário, ordenado teleologicamente a viver em sociedade. É um ser que vive, atua e relaciona-se na comunidade, e sente-se vinculado aos seus semelhantes. Não pode renunciar à sua condição inata de membro do corpo social, porque apenas os animais e os deuses podem prescindir da sociedade e da companhia de todos os demais.

O primeiro contato com a noção de solidariedade mostra uma relação de pertinência: as nossas ações sociais incidem, positiva ou negativamente, sobre todos os demais membros da comunidade. A solidariedade implica, por outro lado, a corresponsabilidade, a compreensão da transcendência social das ações humanas, do coexistir e do conviver comunitário. Percebe-se, aqui, igualmente, a sua inegável dimensão ética, em virtude do necessário reconhecimento mútuo de todos como pessoas, iguais em direitos e obrigações, o que dá suporte a exigências recíprocas de ajuda ou sustento.

A solidariedade, desse modo, exorta atitudes de apoio e cuidados de uns com os outros. Pede diálogo e tolerância. Pressupõe um reconhecimento ético e, portanto, corresponsabilidade. Entretanto, para que não fique estagnada em gestos tópicos ou se esgote em atitudes episódicas, a modernidade política impõe a necessidade dialética de um passo maior em direção à justiça social: o compromisso constante com o bem comum e a promoção de causas ou objetivos comuns aos membros de toda a comunidade.

Marcio Augusto de Vasconcelos Diniz. **Estado social e princípio da solidariedade**. In: *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, n.º 3, p. 31-48, jul.-dez./2008. Internet: <www.fdv.br> (com adaptações).

De acordo com as ideias do texto **Estado social e princípio da solidariedade**,

- 1 o compromisso constante com o bem comum e a promoção de causas ou objetivos comuns aos membros de toda a comunidade contribuem para que a solidariedade não fique restrita a ações locais e(ou) eventuais.
- 2 a solidariedade é uma característica inata dos seres humanos.
- 3 os animais e os deuses podem viver isoladamente, sem participação em uma comunidade, mas não os seres humanos.
- 4 o fato de as ações sociais de cada indivíduo incidirem sobre todos os demais membros da comunidade ratifica a dimensão ética da solidariedade, conquanto o reconhecimento mútuo de todos como pessoas iguais em direitos e obrigações configure-se como uma necessidade.

Julgue os itens que se seguem, relativos às estruturas linguísticas do texto **Estado social e princípio da solidariedade**.

- 5 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se empregasse o sinal indicativo de crase no vocábulo “a” em “dá suporte a exigências recíprocas”.
- 6 A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados se a oração “A solidariedade, desse modo, exorta atitudes de apoio e cuidados de uns com os outros” fosse reescrita da seguinte forma: Atitudes de apoio e cuidados de uns com os outros são exigidas para o exercício da solidariedade.
- 7 A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso, no primeiro parágrafo do texto, se inserisse o pronome **se** imediatamente antes da forma verbal “pode”, em “Não pode renunciar à sua condição”.
- 8 No trecho “Percebe-se, aqui, igualmente, a sua inegável dimensão ética, em virtude do necessário reconhecimento mútuo de todos como pessoas, iguais em direitos e obrigações”, a expressão “a sua inegável dimensão ética” constitui o sujeito da forma verbal “Percebe-se”.

Espaço livre

A história da responsabilidade civil entrelaça-se com a história da sanção. O homem primitivo atribuía (e algumas tribos indígenas ainda o fazem) a fenômenos da natureza caráter punitivo, cominado por espíritos ou deuses. Nas relações entre os homens, à ofensa correspondia a vingança privada, brutal e ilimitada, como se esta desfizesse a ofensa praticada.

No período pré-romano da história ocidental, a sanção tinha fundamento religioso e pretensão de satisfação da divindade ofendida pela conduta do ofensor. Nesse período, surgiu a chamada Lei do Talião, do latim *Lex Talionis* — *Lex* significando lei e *Talionis*, tal qual ou igual. É de onde se extraiu a máxima “Olho por olho, dente por dente”, encontrada, inclusive, na Bíblia.

Embora hoje possa parecer pouco razoável a ideia de sanção baseada na retaliação ou na prática pelo ofendido de ato da mesma espécie da que o ofensor praticou contra ele, a *Lex Talionis*, em verdade, representou grande avanço, pois, da vingança privada, passou-se a algo que se pode chamar de justiça privada. Com a justiça privada, o tipo de pena ou sanção deixou de ser uma surpresa para seu destinatário, e não mais correspondia a todo e qualquer ato que o ofendido pretendesse; ao contrário, a punição do ofensor passou a sofrer os limites da extensão e da intensidade do dano causado. Obviamente, isso quer dizer que, se o dano fosse físico, a retaliação também o seria; por outro lado, fosse a ofensa apenas moral, não poderia ser de outra natureza o ato do ofendido contra o originário ofensor.

Carlos B. I. Silva e Cynthia L. Costa. *Evolução histórica da responsabilidade civil e efetivação dos direitos humanos*. In: Renata F. de Barros e Paula Maria T. Lara (Orgs.). *Direitos humanos: um debate contemporâneo*. Raleigh, Carolina do Norte, EUA: Lulu Publishing, 2012, p. 69-70. Internet: <<https://books.google.com.br>> (com adaptações).

Julgue os seguintes itens com base nas ideias veiculadas no texto **Evolução histórica da responsabilidade civil e efetivação dos direitos humanos**.

- 9 A menção à Bíblia, no final do segundo parágrafo, reforça a defesa da Lei do Talião, a qual se encontra implicitamente presente no texto.
- 10 A diferença entre a vingança privada e a justiça privada é que, nesta, a punição ao ofensor é proporcional ao dano por ele causado.
- 11 Para certos povos, os deuses ou os espíritos impunham castigos, por meio de fenômenos da natureza, aos homens que atentassem contra as leis da natureza.

Acerca das estruturas linguísticas do texto **Evolução histórica da responsabilidade civil e efetivação dos direitos humanos**, julgue os itens a seguir.

- 12 No trecho “Nesse período, surgiu a chamada Lei do Talião, do latim *Lex Talionis* — *Lex* significando lei e *Talionis*, tal qual ou igual”, a vírgula que se segue ao vocábulo “*Talionis*” representa a elipse da forma verbal “significando”.
- 13 No trecho “Obviamente, isso quer dizer que, se o dano fosse físico, a retaliação também o seria”, do ponto de vista sintático, as vírgulas que isolam a frase “se o dano fosse físico” são de emprego facultativo, razão por que a correção do texto seria preservada caso se eliminassem ambas ou se apenas uma delas — seja a primeira, seja a segunda — fosse eliminada.
- 14 No trecho “Com a justiça privada, o tipo de pena ou sanção deixou de ser uma surpresa para seu destinatário, e não mais correspondia a todo e qualquer ato que o ofendido pretendesse; ao contrário, a punição do ofensor passou a sofrer os limites da extensão”, a substituição das formas verbais “deixou”, “correspondia” e “passou” por **deixa**, **corresponde** e **passa**, respectivamente, manteria a correção e a coerência do texto.

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos das correspondências oficiais previstos no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens que se seguem.

- 15 A exposição de motivos é uma comunicação oficial dirigida ao presidente da República ou ao vice-presidente por um ministro de Estado e pode ser interministerial, ou seja, assinada por mais de um ministro.
- 16 Caso um ministro da Primeira Turma do STJ tenha de encaminhar um documento a um ministro da Quarta Turma desse mesmo tribunal, a comunicação a ser expedida para esse fim será o aviso, e o fecho a ser utilizado será “Cordialmente”.
- 17 Sempre que possível, os despachos ao memorando devem ser registrados no próprio documento, para simplificar o processo e garantir maior transparência às decisões tomadas.

Assunto: **encaminha processo**.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Ao cumprimentá-lo, encaminhamos processo, registrado sob n.º 1234567-00.2015.3.0.0000, para análise do mesmo e para emissão do parecer de Vossa Excelência o Senhor Ministro.

Atenciosamente,

[assinatura]

[identificação do signatário]

Considerando o fragmento da comunicação oficial hipotética anteriormente apresentado, julgue os próximos itens com base no **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 18 A linguagem empregada no documento hipotético em questão atende aos princípios de clareza, concisão e uso de linguagem formal e, portanto, é adequada à comunicação oficial.
- 19 A estrutura do documento apresentado é adequada à composição de um ofício.

No que concerne aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil e aos direitos fundamentais, julgue os próximos itens.

- 20 A garantia do mínimo existencial, que decorre da proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, restringe a invocação da reserva do possível como óbice à concretização do acesso aos direitos sociais.
- 21 A livre iniciativa é princípio que subordina as normas de regulação do mercado e de defesa do consumidor.
- 22 O registro do sindicato no órgão competente é exigência constitucional que não se confunde com a autorização estatal para a fundação da entidade.
- 23 Um cidadão detém, mais que o direito, o dever de opor-se à ordem que, emanada de autoridades públicas, se revele manifestamente ilegal.

Julgue os itens seguintes, a respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do STJ, com fundamento na Constituição Federal de 1988.

- 24 O controle interno exercido pelo CNJ não alcança atos de conteúdo jurisdicional emanados de tribunais.
- 25 Compete, originariamente, ao STJ julgar mandados de segurança contra atos do Superior Tribunal de Justiça Desportiva.
- 26 O controle administrativo exercido pelo CNJ é subsidiário e pressupõe prévia atuação pelos tribunais ordinários.

Julgue os itens seguintes, acerca do controle exercido e sofrido pela administração pública.

- 27 A responsabilidade da administração pública decorrente de omissão resulta de seu dever de agir e da capacidade de essa ação evitar o dano.
- 28 A possibilidade de convocação, por qualquer das casas do Congresso Nacional, de titulares de órgãos subordinados à Presidência da República ilustra o controle político da administração pública, que abrange tanto aspectos de legalidade quanto de mérito.
- 29 Membros do Ministério Público não podem sofrer sanções por ato de improbidade administrativa em razão de seu enquadramento como agentes políticos e de sua vitaliciedade no cargo.

A respeito da licitação e dos contratos administrativos, julgue os itens subsecutivos.

- 30 É lícito à administração pública reter pagamentos à empresa que, contratada administrativamente por meio de licitação, passe, no curso da execução contratual, a situação de irregularidade fiscal.
- 31 A nulidade de contrato administrativo por ausência prévia de licitação gera, para o contratado de boa-fé, direito a indenização pelos serviços por ele prestados.
- 32 A caducidade do contrato de concessão acarreta a reversão ao poder concedente, mediante indenização ao concessionário, de todos os bens necessários à continuidade do serviço público.
- 33 A exigência de prévia experiência em serviços de natureza similar como requisito para demonstração de qualificação técnica, na fase de habilitação em procedimento de licitação, vulnera a isonomia, a impessoalidade e o julgamento objetivo, elementos basilares do certame.

Julgue os itens seguintes com base no Regimento Interno do STJ (RI/STJ).

- 34 A despeito de prever que, ordinariamente, ao vice-presidente do STJ não compete o julgamento de processos, o RI/STJ excepciona situação em que o vice-presidente poderá exercer tal competência.
- 35 Entre outros aspectos, o Plenário do STJ caracteriza-se por deter competência jurisdicional e por constituir a instância máxima dos julgamentos dessa corte de justiça.
- 36 A Corte Especial detém competência exclusiva para a edição de súmulas de jurisprudência no âmbito do STJ.

Em processo de indicação para o preenchimento de um cargo vago de ministro do STJ, a Corte recebeu lista sêxtupla de candidatos do órgão de representação da classe correspondente. Em primeira votação, o candidato A recebeu vinte e nove votos; o candidato B, dezesseis votos; o candidato C, quinze votos; o candidato D, quatorze votos; o candidato E, treze votos; e o candidato F, doze votos.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os próximos itens à luz do RI/STJ.

- 37 A votação para a última vaga na lista tríplice, quando ocorrer, contará com até três candidatos.
- 38 Os candidatos E e F não participarão do segundo escrutínio.

The Brazilian artists OSGEMEOS are used to exhibiting their work in sizeable spaces. Their flat-nosed yellow characters — their signature — have appeared on murals, concrete grain silos, an 800-year-old castle, and a plane. This month the duo will take it one step further, illuminating New York City’s Times Square billboards with rotund, bobbing heads.

The work, entitled **Parallel Connection**, appears as part of the Times Square Arts’ Midnight Moment series. The public arts program has featured a new artist every month since 2012. For Gustavo and Otavio Pandolfo, the twins behind OSGEMEOS, the work is a dialogue between two worlds — the imaginary and the real.

Director of Times Square Arts Sherry Dobbin says the ongoing exhibit, which has showcased artists like Tracey Emin, Isaac Julien, and Andy Warhol, is an opportunity to expose general audiences to high quality, contemporary art. “Nowhere else in the world, there is this iconic cannon of electronic billboards. We’re looking for a combination of emerging and established artists, a diversity of style, and we are really interested in those who want to play with public space”.

Born in São Paulo and working under the name OSGEMEOS since 1987, the siblings work alongside each other on each project, and have always communicated in an artistic way. The two have worked in many mediums including graffiti, drawings, paintings, sculptures, and most recently, animation.

Brazilian twin artists OSGEMEOS make heads rain on 42nd Street. Internet: <<http://edition.cnn.com>> (adapted).

Based on the text above, judge the following items.

- 39 In the first paragraph, “murals, concrete grain silos, an 800-year-old castle, and a plane” and “Times Square billboards” are examples of sizeable spaces which are at the same level in terms of promoting the duo’s work.
- 40 Heterogeneity has been an important feature in the twins’ artistic production.
- 41 In “The Brazilian artists OSGEMEOS are used to exhibiting their work in sizeable spaces”, the meaning of the expression “are used to” is equivalent to **are accustomed to**.

The business world has indeed left the legal world behind when it comes to using technology. Often, the reason businesses have moved to using technology is that it is more cost effective to share and store information digitally. That is also why the courts should do the same.

The Internet now provides a wide range of legal information, and the benefit of information being provided in this way is that it can be kept up-to-date as the law changes. Not only can the Internet assist in legal research, but it can also assist in court processes generally, that is, in trial preparation and in the courtroom throughout the hearing.

Allison Stanfield. **Cyber courts: using the Internet to assist court processes.** Internet: <www7.scu.edu.au> (adapted).

Based on the text above, judge the following items.

- 42 The author considers that the Internet is more useful in court processes than in facilitating legal research.
- 43 According to the text, the legal world should follow the example given by the business world as to the use of technology.
- 44 In the first paragraph, the word “it” refers to “technology” both in “when it comes” and in “it is more”.

Acerca da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e do Plano de Logística Sustentável no âmbito do Poder Judiciário (PLS-PJ), julgue os itens que se seguem.

- 45 O STJ tem a atribuição de monitorar e avaliar os PLSs dos órgãos que compõem o Poder Judiciário.
- 46 O acompanhamento das práticas de sustentabilidade nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário ainda depende da criação de indicadores mínimos para a avaliação do desempenho ambiental e econômico do PLS-PJ.
- 47 A A3P preconiza a adoção da política dos três erres (reduzir, reutilizar e reciclar) e o foco na reciclagem dos materiais consumidos nos mais diversos órgãos e instituições da administração pública. Nessa política, o primeiro erre (reduzir) refere-se à máxima redução possível do resíduo produzido, de modo a facilitar seu manuseio pelos coletores e o seu transporte para usinas de reciclagem.

Com referência à adoção de critérios de sustentabilidade nas licitações e contratações sustentáveis no âmbito da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 48 Em comparação aos certames que se valem fundamentalmente do critério de menor preço, as licitações que adotam critérios e práticas de sustentabilidade, como, por exemplo, a aquisição de produtos e serviços com maior vida útil e menor custo de manutenção, podem dispensar o caráter competitivo do certame.
- 49 A administração pública poderá exigir, no instrumento convocatório para a aquisição de bens, que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.
- 50 As licitações realizadas pelo STJ devem estabelecer critérios de preferência para as propostas que impliquem maior economia de recursos naturais e a redução da emissão de gases de efeito estufa.